

Constituição de Associação

Primeiro: Michelle Nicole D'Souza, solteiro, maior, natural de Austrália, residente em Rua Barão de Sabrosa, Número 316, r/c direito, Alto do Pina, Lisboa, contribuinte n° 240950470.

Segundo: Pedro Manuel Pereira Tripa Dias Costa, solteiro, maior, natural da freguesia de Odivelas - Hoje concelho de Odivelas, concelho de Loures, residente em Avenida Amália Rodrigues, Número 7, r/c esquerdo, Odivelas, ODIVELAS, contribuinte n° 220008183.

Terceiro: Carlos Noel Teixeira de Sousa Lopes, solteiro, maior, natural da freguesia de Santa Justa, concelho de Lisboa, residente em Rua da Liberdade, Número 58, Mucifal, Colares, Sintra, contribuinte n° 217270255.

Que constituem uma Associação que se regerá pelo disposto nos artigos seguintes:

Artigo 1.º

Denominação, sede e duração

1. A associação, sem fins lucrativos, adopta a denominação AAIEP - ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DO INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS, e tem a sede na Universidade Católica Portuguesa, s/n, Campus de Lisboa, Palma de Cima, freguesia de São Domingos de Benfica, concelho de Lisboa e constitui-se por tempo indeterminado.
2. A associação tem o número de pessoa colectiva 509229581 e o número de identificação na segurança social 25092295811.

Artigo 2.º

Fim

18
Pedro Co
X
7

A associação tem como fim Representar os estudantes do Instituto dos Estudos Políticos – Universidade Católica Portuguesa – IEP-UCP e defender os seus interesses dentro e fora da UCP; Promover a integração e participação dos estudantes do IEP-UCP e da UCP; Contribuir para a formação cívica, física, cultural e científica dos estudantes do IEP-UCP; Criar ligações entre os estudantes do IEP-UCP e o mundo não-académico; Reforçar os laços entre todos os estudantes da UCP.

Artigo 3.º **Receitas**

Constituem receitas da associação, designadamente:

- a) a jóia inicial paga pelos sócios;
- b) o produto das quotizações fixadas pela assembleia geral;
- c) os rendimentos dos bens próprios da associação e as receitas das actividades sociais;
- d) as liberalidades aceites pela associação;
- e) os subsídios que lhe sejam atribuídos.

Artigo 4.º **Órgãos**

1. São órgãos da associação a assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal.
2. O mandato dos titulares dos órgãos sociais é de 1 ano(s).

Artigo 5.º

Assembleia geral

1. A assembleia geral é constituída por todos os associados no pleno gozo dos seus direitos.
2. A competência da assembleia geral e a forma do seu funcionamento são os estabelecidos no Código Civil, designadamente no artigo 170º, e nos artigos 172º a 179º.
3. A mesa da assembleia geral é composta por três associados, um presidente e dois secretários, competindo-lhes dirigir as reuniões da assembleia e lavrar as respectivas actas.

Artigo 6.º Direcção

1. A direcção, eleita em assembleia geral, é composta por 9 associados.
2. À direcção compete a gerência social, administrativa e financeira da associação, representar a associação em juízo e fora dele.
3. A forma do seu funcionamento é a estabelecida no artigo 171º do Código Civil.
4. A associação obriga-se com a intervenção de 2 assinaturas.

Artigo 7.º Conselho Fiscal

1. O conselho fiscal, eleito em assembleia geral, é composto por 5 associados.
2. Ao conselho fiscal compete fiscalizar os actos administrativos e financeiros da direcção, fiscalizar as suas contas e relatórios, e dar parecer sobre os actos que impliquem aumento das despesas ou diminuição das receitas.

fin
Q2

3. A forma do seu funcionamento é a estabelecida no artigo 171º do Código Civil.

Artigo 8.º

Admissão e exclusão

As condições de admissão e exclusão dos associados, suas categorias, direitos e obrigações, constarão de regulamento a aprovar pela assembleia geral.

Artigo 9.º

Extinção. Destino dos bens.

Extinta a associação, o destino dos bens que integrarem o património social, que não estejam afectados a fim determinado e que não lhe tenham sido doados ou deixados com algum encargo, será objecto de deliberação dos associados.

Os associados declaram ter sido informados de que devem proceder à entrega da declaração de início de actividade para efeitos fiscais, no prazo legal de 90 dias.

Aos 20 dias do mês de Novembro de 2009

(Assinatura)
- *Padro Mameel Dias Costa*
- *Noel Sampa*

Reconheço as assinaturas supra de Michelle Nicole D'Souza.

